



2858 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT 15/GT 20 - Educação Especial e Psicologia da Educação

Educação Especial na ilha de Mosqueiro
Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes - UEPA - Universidade do Estado do Pará
Hadassa Queiroz de Souza Damasceno - UEPA - Universidade do Estado do Pará
Iranildo da Silva Oliveira - UEPA - Universidade do Estado do Pará
Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPESPA/CAPES

Educação Especial na ilha de Mosqueiro

Este artigo objetiva analisar a condição estrutural e organizacional das escolas das ilhas que atendem alunos com deficiência. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo de abordagem qualitativa com as técnicas de diário de campo, fotografia e observação. As escolas participantes da Rede Municipal de Belém, na ilha de Mosqueiro, são: Donatila Lopes, Remígio Fernandez, Lauro Chaves, Maroja Neto, Ângelus Nascimento. Dentre os resultados, destaca-se: valores díspares de transporte coletivo, seja de van, ônibus urbano ou intermunicipal; percurso exaustivo de deslocamento; o transporte não atende na totalidade das necessidades das pessoas com deficiência da ilha, nem estruturalmente, nem financeiramente; há escola em prédio histórico com impedimentos para modificações arquitetônicas; há escola bem equipada, mas sem material de consumo; há escolas sem SRM e AEE.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação no Campo. Pessoa com deficiência. Ribeirinhos.

Educação Especial na ilha de Mosqueiro

Este artigo objetiva analisar a condição estrutural e organizacional das escolas das ilhas que atendem alunos com deficiência. A metodologia utilizada foi pesquisa de campo de abordagem qualitativa com as técnicas de diário de campo, fotografia e observação. As escolas participantes da Rede Municipal de Belém, na ilha de Mosqueiro, são: Donatila Lopes, Remígio Fernandez, Lauro Chaves, Maroja Neto, Ângelus Nascimento. Dentre os resultados, destaca-se: valores díspares de transporte coletivo, seja de van, ônibus urbano ou intermunicipal; percurso exaustivo de deslocamento; o transporte não atende na totalidade das necessidades das pessoas com deficiência da ilha, nem estruturalmente, nem financeiramente; há escola em prédio histórico com impedimentos para modificações arquitetônicas; há escola bem equipada, mas sem material de consumo; há escolas sem SRM e AEE.

Palavras-chave: Educação Especial. Educação no Campo. Pessoa com deficiência. Ribeirinhos.

Introdução

Este artigo é um recorte, resultante de uma pesquisa, em andamento, intitulada "A escolarização dos alunos com deficiência nas comunidades ribeirinhas", financiada pela FAPESPA/CAPES e desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial na Amazônia (GEPEEAm).

A discussão perpassa pela pessoa com deficiência e conforme o Decreto 6.949 (BRASIL, 2009), artigo 1º e confirmada no artigo 2º, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015):

pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Envolve também a Educação Especial, uma modalidade que é transversal desde a educação infantil até a educação superior (BRASIL, 2008). Destaca-se o uso do termo "interface da educação especial" na:

[...]educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008, p.17)

Há a particularidade de ser uma proposta que envolve a educação nas ilhas, do campo. Destaca-se que a condição de interface da educação especial na educação do campo não é tão recente. É marcada pela presença de Helena Antipoff, fundadora da Fazenda do Rosário (Minas Gerais), por volta de 1940. Este dispunha de apoio clínico, social e escolar, para todos os considerados "excepcional": crianças, adolescentes e órfãos com ou sem deficiência, mas vulneráveis; moradores de rua e os sem perspectiva de futuro. Lá os ensinava, cuidava e os capacitava em habilidades técnicas profissionalizantes (RAFANTE, 2006)

O Decreto nº 7.352 apresenta como sujeitos do campo:

I-Populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (BRASIL, 2010, p.1)

Os ribeirinhos são identificados como

indivíduos, famílias e comunidades tradicionais agroextrativistas que vivem em regiões de várzea, próximas ao rio e que têm modo de organização, reprodução social, cultural e econômica fundamentado na constante interação com o meio onde vivem e determinado pelo ciclo das águas (regime de cheias e vazantes) e pelos recursos que o rio oferece. (BRASIL, 2012, p. 43)

As escolas do campo são as situadas em área rural ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010, p.1)

Esta é a complexidade da pesquisa refletida neste artigo que envolve pessoas com deficiência, educação e educação do campo.

Metodologia

O artigo configura-se como uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e ancora-se em Flick (2007, p. 9) por compreender que uma parte importante da pesquisa qualitativa está baseada em texto e na escrita, desde notas de campo e transcrições até descrições e interpretações, e, finalmente, à interpretação dos resultados e da pesquisa como um todo.

Como técnica utilizou-se o diário de campo, com base em Triviños (1987), a observação e fotografia, destaca-se o proposto por Fernandes (2015), em consonância à Gruzinski (2003), que deve-se olhar para além do que se vê, e ao observar, fazer seu respectivo registro da (in)visibilidade do contexto encontrado. Não houve roteiro de observação pré-estabelecido, mas registrou-se todas as ocorrências. A fotografia foi utilizada para registro inicial e análise *a posteriori*.

A ilha de Mosqueiro, é uma das ilhas de Belém, seu principal acesso é via terrestre, o fluvial e aéreo é restrito. Está localizada a 70 km da capital, Belém. Segundo Fernandes (2015), os moradores da ilha sobrevivem com a pesca, pequenas plantações e a tradicional feirinha da vila (tapioquinha).

Mosqueiro, é um distrito administrativo e conta com catorze escolas municipais que atendem alunos da educação infantil, anos iniciais e EJA: Abel Martins, Anna Barreau Mininéia, Angelus Nascimento, Donatila Lopes, Lauro Chaves, Mareja Neto, Remígio Fernandez, Maria Clemildes, Madalena Travassos, São Francisco, Unidade de Educação Infantil Bacuri, Unidade de Educação Infantil Paná-Paná, Unidade de Educação Infantil Maracajá, Unidade de Educação Infantil Rotary Club Belém Nazaré. Conta ainda com anexos: Unidade Pedagógica Mari-Mari, Unidade Pedagógica Maroja Neto e Unidade Pedagógica Bacabeira.

A pesquisa envolveu cinco escolas da ilha de Mosqueiro, são elas: Donatila Lopes, Remígio Fernandez, Lauro Chaves, Maroja Neto, Ângelus Nascimento.

Os eixos foram construídos, e assim definidos, a partir da intenção da pesquisa. Portanto, a análise dos dados foi a partir dos eixos temáticos pré-estabelecidos e revelados na construção dos dados: deslocamento Belém-Mosqueiro-Belém; estrutura e a acessibilidade física das escolas; AEE e a realidade local.

Educação especial no campo

No Brasil, há estudos sobre a população do campo com deficiência, mas estes são poucos e recentes. Ponzo (2009) problematiza como os professores de zona rural significam e ressignificam suas práticas a partir das políticas públicas de formação continuada no município de Guarapari-ES. Marcoccia (2011) problematiza a realidade da educação especial nas escolas públicas do campo brasileiro. Anjos (2016) analisou as produções sobre a interface entre a educação especial e a educação no campo no Programa de Pós-Graduação onde cursou o mestrado. Nozu (2017) fez um recorte sobre os povos do campo e elencou os de aproximação com sua pesquisa.

Autores como Coelho (2011), Sá (2011, 2015), Lima (2013), Mattoso (2016), Souza (2011a), Souza (2013b) e Silva (2014) dão ênfase à pessoa com deficiência no contexto indígena. Mantovani (2015), em quilombo. Gonçalves, (2014), em assentamentos. Fernandes (2015), com ribeirinhos.

Destas pesquisas, mestrado e doutorado, apenas a de Fernandes (2015) possuiu *locus* na região amazônica, mais precisamente nas ilhas de Belém-Pará.

Discussão e Resultados

Os dados a seguir entrelaçam as técnicas metodológicas e organizam-se nos eixos elencados.

1) Deslocamento Belém-Mosqueiro-Belém:

O acesso à ilha foi experimentado pelos pesquisadores por meio de van, com saída rodoviária, e o ônibus de linha com espera em ponto público, na praça próximo à rodoviária. Em relação ao retorno da ilha, foi por meio de van e ônibus intermunicipal, em via pública. O tempo de deslocamento na ida à ilha, mesmo às 5h da manhã, sem trânsito intenso, foi de duas horas e quarenta e cinco minutos. O retorno foi por volta de 16:30h e o tempo de deslocamento se assemelhava.

O transporte público na ilha, ainda possui valores diferenciados que variavam de R\$ 3,30 (três reais e trinta centavos) a R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos).

Algumas questões permeiam o acesso e o transporte: a) o valor de passagem individual é de R\$ 11,00 (onze reais), aproximadamente, três vezes mais que o valor cobrado na Belém-cidade, e se estamos na mesma Belém, porque a disparidade dos valores? Não se leva em conta a situação dos seus moradores? b) muitos da ilha de Mosqueiro trabalham em Belém, e vice-versa, inclusive os professores que atuam nas escolas da ilha; c) Se Mosqueiro é Belém também por que existe ônibus intermunicipal?

Verificou-se a situação do acesso ao transporte de Belém à Mosqueiro e dentro da própria ilha, e registra-se que não atendem devidamente a condição das pessoas com deficiência. Destaca-se que com estes valores a locomoção nos referidos transportes torna-se inviável para a população e principalmente os que necessitam se deslocar para a aula no turno e contraturno, no caso de atendimento educacional especializado e na ausência de transporte escolar, observou-se também que o aluno com deficiência física teria grandes dificuldades com o transporte, por não possuírem a rampa para locomoção do mesmo para dentro do ônibus. Levando em consideração que alguns alunos necessitam de acompanhantes para levá-los até a escola, tornando-se absurdo o gasto dispensado com o transporte.

2) Estrutura e a acessibilidade física das escolas

Esta discussão remete-nos ao art. 7º da Resolução nº 2 (BRASIL, 2008) à qual dispõe que "a educação do campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequados...". A seguir, as escolas e algumas particularidades estruturais:

- Donatila Lopes

A escola é composta de dois prédios, um antigo, de 1969 e um mais novo, de 1991, tendo sido ampliado em 2006. Atende 1.173 (um mil cento e setenta e três) alunos, sendo 41 (quarenta e um) alunos com deficiência, distribuídos em quatro turnos (manhã, intermediário, tarde e noite, com o Sistema EJA – Educação de Jovens e Adultos) e oferece Atendimento Educacional Especializado – AEE, em todos os turnos. Os trabalhos pedagógicos contam com 7 coordenações distribuídas nos quatro horários.

Observou-se que a escola tem um espaço físico bom, salas arejadas e grandes, quadra coberta, hall amplo, cozinha, banheiros, biblioteca, sala dos

professores, um espaço de convivência e refeitório, uma sala de informática, uma quadra de esporte coberta, banheiros masculinos e femininos e um adaptado à pessoa com deficiência, sala de recursos multifuncional. Por ser um prédio histórico e parcialmente tombado como patrimônio histórico local, são impedidas adequações e mudanças arquitetônicas em favor dos alunos com deficiências, daí o predomínio de escadas e degraus nos espaços, e configura-se as principais barreiras arquitetônicas, desta forma, à qual prejudica a livre circulação e autonomia das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

- Remígio Fernandez

A escola situa-se no Bairro Maracajá, próximo ao ponto central da Ilha. Dispõe de um prédio espaçoso e de boa estrutura, mas carece de manutenção em alguns espaços, como na sala de recursos multifuncional, por ter um espaço que não atinge 10 metros quadrados e sem central de ar, sendo ventilada apenas por um ventilador.

Segundo o coordenador, a escola possui 1.300 (um mil e trezentos) alunos matriculados, destes 22 (vinte e dois) são alunos com deficiência, distribuídos nos quatro turnos, aproximadamente, 400 (quatrocentos) alunos por turno, sendo que os atendimentos na SRM ocorrem no contraturno. A escola conta com 3 coordenadores pedagógicos que se dividem entre os turnos da manhã, intermediário e tarde, sendo que o turno da noite não possui uma coordenação definida, ficando a cargo dos mesmos, que se combinam para suprir essa carência. Os professores contam com uma estagiária no apoio aos alunos com deficiência em sala de aula comum.

A escola possui uma Biblioteca, nove salas de aula, uma sala de recursos multifuncionais – SRM/AEE, uma sala de professores, uma copa/cozinha, um espaço de convivência e refeitório, uma sala de informática, banheiros masculinos e femininos, e um adaptado à pessoa com deficiência, uma quadra de esporte coberta. Áreas livres no interior da escola e um pequeno palco no início da entrada na lateral da escola, embaixo de uma árvore, que hoje serve de estacionamento de bicicleta.

- Lauro Chaves

Algumas observações foram vistas, como as paredes vasadas para ventilação que gerava má iluminação; não possuía ventiladores que suprissem a necessidade dos alunos e professora. Existe um bloco com dois andares (térreo e 1º andar) e o acesso para o 1º andar é por meio de escada. A quadra esportiva da escola, se encontra na avenida principal e fica a 400m de distância da escola. Quando chove o ônibus escolar leva os alunos até a quadra, se o tempo estiver ensolarado, o professor juntamente com a ajuda de um técnico da escola, levam as crianças enfileiradas pela rua principal até a quadra esportiva, reformada pelos pais dos alunos.

A sala de recursos multifuncional era a sala da coordenadoria, mas diante da necessidade de um espaço para suprir esta necessidade, a sala estava sendo reformada para que a professora do AEE pudesse ter um local "apropriado" para o atendimento dos alunos com deficiência.

- Desembargador Maroja Neto

A escola possui 633 (seiscentos e trinta e três) alunos, com 29 (vinte e nove) alunos com deficiência; funciona em três turnos, lotados em 22 (vinte e duas) turmas. São dois prédios, um tem dois pavimentos e outro, anexo, de único nível. A escola possui rampa de acesso interna e externa, escadas largas e com proteções laterais. A composição dos espaços construídos dispõe de dez salas de aula; uma sala de recursos multifuncional, confirmada existência da sala; uma biblioteca, um laboratório de informática; uma sala de professores; uma secretaria, uma sala de coordenação pedagógica, duas salas de arquivos; uma copa; um refeitório, uma dispensa para estoque de alimentos; cinco banheiros individuais para professores e funcionários; seis banheiros individuais para alunos, quatro banheiros com box para alunos e dois banheiros para alunos com deficiência – adaptados.

- Professor Ângelus Nascimento

A escola recebe alunos de comunidades quilombolas e de ilhas próximas, reconhece estar em processo de implantação do status escola rural. Atende 324 alunos, 6 com deficiência; funciona em dois turnos, manhã e tarde, distribuídos em 11 turmas. A entrada da escola é ampla com piso tátil. Dispõe de seis salas de aula, uma sala de recursos multifuncional, uma sala de informática, uma biblioteca, uma sala do 'Mais Educação', uma quadra de esporte coberta, uma cozinha, uma dispensa, uma refeitório, um depósito de material pedagógico, um depósito geral de ferramentas, um depósito para utensílios de cozinha, um banheiro infantil, dois banheiros masculino, dois banheiros feminino; um banheiro de professores e funcionários, um banheiro adaptado à pessoa com deficiência, uma área de recreação, uma horta escolar, uma sala conjugada de coordenação e direção e uma sala conjugada de secretaria e professores. A escola dispõe de internet com *wifi*.

Esta foi a única escola que disponibilizou informação sobre o público que compõe o alunado da escola como os de comunidade quilombolas, e assim, também, se atende outras populações do campo como apresentado no Decreto nº 7.352. (BRASIL, 2010, p.1)

3) Atendimento Educacional Especializado e a realidade local

- Donatila Lopes

Há uma avaliação prévia no início do ano letivo para identificar os estágios ou possíveis limitações dos alunos para que possam adentrar no atendimento educacional especializado, sob um planejamento de intervenção pedagógica, não necessita, de início, um diagnóstico para isso.

Visualizou-se que na sala do AEE há equipamentos tecnológicos e recursos diversos para o trabalho docente, como TV, computador, impressora, som.

Os atendimentos na SRM são efetuados no próprio turno que estudam os alunos. Isso ocorre devido as dificuldades de transportes, limitações de locomoção, escassez de recursos e resistência dos alunos em vir para o atendimento no contraturno.

Ocorre de maneira diferente ao previsto na legislação sobre a Educação Especial e o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2008a, 2008b, 2011, 2015), alegam a dificuldade nos transportes, e sobre isso a Resolução nº 2 descreve no art. 8º:

O transporte escolar, quando necessário e indispensável, deverá ser cumprido de acordo com as normas do Código Nacional de Trânsito quanto aos veículos utilizados...o eventual transporte de crianças e jovens portadores de necessidades especiais, em suas próprias comunidades ou quando houver necessidade de deslocamento para a nucleação, deverá adaptar-se às condições desses alunos, conforme leis específicas...admitindo o princípio de que a responsabilidade pelo transporte escolar de alunos da rede municipal seja dos próprios Municípios...o regime de colaboração entre os entes federados far-se-á em conformidade com a Lei nº 10.709/2003 e deverá prever que, em determinadas circunstâncias de racionalidade e de economicidade, os veículos pertencentes ou contratados pelos Municípios também transportem alunos da rede estadual e vice-versa.

Mesmo sabendo que a legislação deixa bem claro que o órgão deva suprir a necessidade do aluno quanto ao transporte escolar, a realidade é que em alguns casos, alunos não usufruem deste transporte por morarem em regiões de difícil acesso e a família tem que procurar a melhor forma de poder levar seus filhos para escola.

- Remígio Fernandez

A escola não possui estagiários para todos os alunos com deficiência, apenas um este ano. A política de contratação é criteriosa e a bolsa oferecida pela Secretaria de Educação não é atrativa aos estudantes de licenciatura. Os alunos surdos não dispõem de intérprete de LIBRAS nas aulas. Nesta escola o atendimento na Sala de Recursos Multifuncional ocorre no contraturno.

Visualizou-se que a SRM era muito pequena e sem iluminação adequada, também faltava ar refrigerado. Em virtude do calor e o cheiro de umidade, por vezes, o professor precisa sair para outros espaços mais arejados para desenvolver as atividades. Não dispõem de equipamentos tecnológicos e criam seus materiais pedagógicos e reinventam (reutilizam) recursos para atender os temas de preferências dos alunos.

Sobre a condição de trabalho apresentada na escola da ilha de Mosqueiro também já foi abordada por Fernandes (2015), em sua tese, inclusive da queixa de poucos estagiários no auxílio às pessoas com deficiência. Destaca-se que esta é uma situação que ainda não está pacificada e alguns interpretam que todo aluno com deficiência necessita de um profissional de apoio lhe acompanhando, e outros, compreendem que apenas os que possuem dificuldade de mobilidade. Além disso, questiona-se a formação deste profissional de apoio, se com ensino médio, se graduado ou se com formação de primeiros socorros, dentre outros.

- Lauro Chaves

Em meio a visualização dos espaços da escola e registros observou-se que não havia uma sala de recursos multifuncional para atendimento educacional especializado dos alunos com deficiência, e que a professora de Educação Especial, atuava na condição de itinerante, mas dava assistência para as escolas próximas, que também não possuíam uma sala de recursos multifuncional.

A Resolução Nº 4 (BRASIL, 2009) destaca que o AEE deve ser realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncional da escola ou em outra escola de ensino regular. Destaca-se que o Atendimento Educacional Especializado acontece no turno inverso aos de aulas nas salas comuns.

- Maroja Neto

A escola Maroja Neto possui sala de recursos multifuncional e professor para desempenhar as funções do Atendimento Educacional Especializado. Mas, observou-se em um determinado momento, que a professora de uma sala comum estava com dificuldades de fazer com que um aluno autista, permanecesse em sala de aula, a mesma se encontrava sozinha com uma sala lotada, neste momento, constatou-se o desespero desta professora por não saber o que fazer; e a mãe da criança, escondida, a fim de poder retornar para casa e continuar seus afazeres diários. Diante desta situação, questionou-se quanto a necessidade do professor em ter um auxiliar, ou estagiário para poder dar o apoio necessário. Uma escola com uma estrutura tão boa, diante das demais que se observou no decorrer da pesquisa, vê-se que ainda possui detalhes que precisam ser revistos, para que o aluno não seja prejudicado em seu aprendizado e em sua permanência na escola.

- Ângelus Nascimento

A sala é bem ampla e ventilada e seus materiais são comprados ou criados. Fernandes (2018, p. 224) descreve que poder contar com uma estrutura mínima de recurso é necessário para que o professor possa idealizar suas aulas e evite comprar com o seu próprio salário. No caso apresentado, os recursos são da Associação de Pais e Mestres.

Considerações finais

Este artigo objetivou analisar a condição estrutural e organizacional das escolas das ilhas que atendem alunos com deficiência por meio de pesquisa de campo, de abordagem qualitativa, com registro em diário de campo, fotografia e observação, à qual resulta no entrelaçamento de diálogo com os eixos estipulados. Leva-nos a reflexão sobre uma educação que deve ser oferecida aos nossos alunos, ao desempenho e interesse ou desafios que os professores têm no seu dia a dia.

Ainda são desafiadores os caminhos que estão sendo trilhados pelos alunos de escola pública da educação especial e por seus professores. A ilha por ser muito extensa ainda necessita de ajustes, como é o caso de ônibus sem acessibilidade e preço da passagem que se apresenta com disparidades consideráveis de preço, mais salas de recursos multifuncional, mais professores para o AEE. E mesmo que algumas escolas apresentem desajustes para o atendimento do aluno com deficiência, estes não ficam sem a devida atenção pedagógica e evidencia-se o compromisso das escolas e professores em oferecer condições mínimas de educação.

Referências

ANJOS, Christiano Felix dos Anjos. **Realidades em contato**: construindo uma interface entre a educação especial e a educação no campo. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

BRASIL. **Decreto Nº 6.949**, de 2007. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

_____. **Decreto Nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008a. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2008.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008b. Disponível em <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 01 maio de 2018.

_____. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em 16/05/2-18

_____. **Decreto Nº 7.352** de 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 01 de maio de 2018.

_____. **Decreto Nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.

_____. **Guia de Cadastro de grupos populacionais, tradicionais e específicos**: cadastro único para programas sociais. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2012.

_____. **Lei 13. 146** – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

COELHO, Luciana Lopes. **A constituição do sujeito surdo na cultura guarani-kaiová**: os processos próprios de interação e comunicação na família e na escola. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. **A Escolarização da Pessoa com Deficiência nas Comunidades Ribeirinhas da Amazônia Paraense**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2015.

_____. **Educação Especial nas ilhas**. Curitiba: Appris, 2018.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONÇALVES, Taísa Grasiela Gomes Liduenha. **Alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos em assentamentos paulistas**

Experiências do PRONERA. Tese de Doutorado- Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2014.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do Imaginário**: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol séculos XVI – XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

LIMA, Juliana Maria da Silva. **A criança indígena surda na cultura Guarani-Kaiowá**: um estudo sobre as formas de comunicação e inclusão na família e na escola. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2013.

MATTOSO, Maria Goretti da Silva. **Identificação e Avaliação Funcional de crianças indígenas Kaiowá e Guarani com deficiência visual e paralisia cerebral de 0 a 5 anos**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2016.

MARCOCCIA, Patrícia Correia de Paula. **Escolas Públicas do Campo**: indagação sobre a Educação Especial na perspectiva da Inclusão Educacional. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, 2011.

MANTOVANI, Juliana Vechetti. **A educação da pessoa com deficiência em comunidades remanescentes de quilombos no Estado de São Paulo**. 2015. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2015.

NOZU, Washington César Shoití. **Educação Especial e Educação do Campo**: entre porteiros marginais e fronteiras culturais. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

PONZO, Maria da Glória Nunes. **As políticas de formação do profissional docente em face da perspectiva educacional inclusiva no Campo do legal às vozes dos professores**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2009.

RAFANTE, Heulália Charalo. **Helena Antipoff e o ensino na capital mineira**: a Fazenda Rosário e a educação pelo trabalho dos meninos "excepcionais" de 1940 a 1948. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 2006.

SÁ, Michele Aparecida de. **O escolar indígena com deficiência visual na região da Grande Dourados, MS** um estudo sobre a efetivação do direito à educação. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

_____. **Educação e escolarização da criança indígena com deficiência em terra indígena Araribá**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, 2015.

SILVA, João Henrique da. **Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado em escolas indígena**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

SOUZA, Maria do Carmo. **A Organização do Atendimento Educacional Especializado nas aldeias indígenas de Dourados, MS**: um estudo sobre as salas de Recursos Multifuncionais. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2013a.

SOUZA, Vânia Pereira da Silva. **Criança indígena Kaiowá Guarani com deficiência**: um estudo sobre as representações sociais da deficiência e o acesso às políticas de saúde e educação em aldeias da região da Grande Dourados. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, 2011b.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.